

# CONSENSO NA POLÍTICA MEROVÍNGIA: A CONTRIBUIÇÃO ANGLÓFONA<sup>1</sup>

Ian Wood

Universidade de Leeds  
i.n.wood@leeds.ac.uk

**Resumo:** O presente artigo busca analisar as contribuições oferecidas ao longo das últimas décadas pelos medievalistas anglófonos ao debate acerca do consenso como ferramenta de análise social. O trabalho dá ênfase especial às contribuições elaboradas por Paul Fouracre, responsável pela inserção do conceito no centro dos estudos merovíngios, durante a década de 1980. Fortemente inspirada pela Antropologia Social, a tradição acadêmica inglesa tendeu a tratar o consenso em relação direta com o conflito. Seguindo a influência dos escritos antropológicos de Evans-Pritchard entre os medievalistas a partir da década de 1970, Fouracre e outros autores ingleses propuseram que o consenso no interior de um grupo muitas vezes estaria atrelado a exclusões de determinados sujeitos de tal grupo. Sendo assim, aspectos como a “inveja” e as ameaças de conflito possuem posição central nessa tradição de interpretação do consenso durante o período merovíngio.

---

<sup>1</sup> Tradução de Eduardo Daflon e revisão de Fabiana Martins e Paulo Pachá. Este texto é a versão revisada de um artigo – “Consenso na Política Merovíngia: uma avaliação da validade do conceito de consenso na França do século VII” – que foi apresentado na Universidade de Leeds em 8 de julho de 2018, em uma sessão para celebrar o trabalho de Paul Fouracre. Palavras em alemão foram mantidas no original e em itálico com a tradução entre colchetes na sequência. Por sua vez, os títulos de obras foram mantidos em seus idiomas originais e deixados em itálico. Quando a tradução de um termo do inglês poderia gerar dúvidas ao leitor fez-se a opção por deixar no original e acrescentar uma nota explicativa.

Em uma revisão caracteristicamente generosa e criteriosa do volume de *Konstanzer Arbeitskreis* de 2017 sobre *Recht und Konsens im frühen Mittelalter*, Paul Fouracre observou os pontos fortes da tradição alemã *Rechtshistoriker* [historiador do Direito] em lidar com a temática do consenso, bem como suas limitações (FOURACRE, 2018, p. 272-274). Ele elogiou a análise precisa da terminologia encontrada no volume, mas ao mesmo tempo apontou a frequente ausência de uma noção de como as discussões detalhadas contribuíram para uma compreensão mais ampla do período, como foi alcançado por Patrick Wormald em seu “*Lex Scripta and Verbum Regis*” de 1977 (WORMALD, 1977, p. 105-138)<sup>2</sup>, e também chamou a atenção para o valor da antropologia, com referência específica ao trabalho de Simon Roberts, cujo manual de 1979 *Order and Dispute* pode ser tomado como exemplo de toda uma tradição de antropologia política, a qual teve um impacto considerável na historiografia inglesa da Alta Idade Média na década de 1980 (ROBERTS, 1979). No mundo dos medievalistas anglófonos dedicados à Alta Idade Média, o consenso é principalmente uma questão social (ou sociopolítica), enquanto na tradição acadêmica alemã é mais frequentemente um tópico para historiadores do Direito.

É evidente que nem todas as contribuições para o volume de Reichenau foram limitadas pelas tradições de *Rechtsgeschichte* [História do Direito]: pode-se listar imediatamente as contribuições em inglês de Chris Wickham (2017, p. 389-426), Tom Noble (2017, p. 47-62) e John Moorhead (2017, p. 129-149), bem como as longas observações finais de Stefan Esders, o qual defende enfaticamente colocar a Igreja e seus concílios na equação (ESDERS, 2017, p. 451-455). Mas é notável a quase total ausência de qualquer referência dentro do volume alemão aos estudos anglófonos das três gerações seguintes a 1945, apesar de uma referência ao texto *Legislation and Consensus in the Reign of Charles the Bald* de Jinty Nelson, na segunda nota de rodapé da introdução histórica de Verena Epp. (EPP, 2017, p. 9)<sup>3</sup> Christoph

---

<sup>2</sup> Reeditado em WORMALD, Patrick. **Legal Culture in the Early Medieval West: Law as Text, Image and Experience**. London: The Hambledon Press, 1999, p. 1-43.

<sup>3</sup> Referenciando NELSON, Janet. *Legislation and Consensus in the Reign of Charles the Bald*. In: WORMALD, Patrick (ed.), **Ideal and Reality in Frankish and Anglo-Saxon Society: Studies presented to J.M. Wallace-Handrill**, Oxford: Blackwell Publishers, 1983, p. 202-227.

Meyer fornece uma breve visão geral em “*Germanistische Frühmittelalterforschungen seit den 1970er Jahren*” (MEYER, 2017, p. 27-39) e Steffen Patzold também analisa em “*'Konsens' in der jüngeren deutschen Forschung*” (PATZOLD, 2017), mas não há qualquer ideia aqui ou na maioria das contribuições de que o consenso tenha sido um conceito interpretativo em qualquer tradição acadêmica que não seja a alemã (apesar do fato de Patzold, como Epp, citar o artigo de Nelson) (PATZOLD, 2017, p. 267).

Pode-se contrastar esse silêncio com um comentário de Mayke de Jong feito no decorrer de uma conferência realizada em 1995 dedicada aos francos e alamanos: “Para um observador externo, o consenso em inglês é tão forte que chega a ser esmagador” (DE JONG, 1998, p. 311). Os artigos de Guy Halsall e do próprio Fouracre no mesmo volume veem o consenso como uma característica significativa da sociedade política medieval, ao mesmo tempo em que observam que não era automático e enfatizam a quebra de consenso que ocorreu na segunda metade do século VII (HALSALL, 1998, p. 141-175).<sup>4</sup> Embora nem todos estivessem dispostos a colocar a mesma ênfase no conceito, no debate final Simon Loseby afirmou em relação à história merovíngia que “algum tipo de consenso deve ter sido essencial” (LOSEBY, 1998, p. 391). Mais recentemente, Wickham endossou a importância do consenso, realizado por meio de assembleias, no mundo franco (WICKHAM, 2017, p. 406-415). Os limites do consenso no período merovíngio são justamente um tema para debate, mas o conceito inquestionavelmente provou ser útil nas tentativas anglófonas de entender o funcionamento da sociedade franca no século VII (WOOD, 2005, p. 16-18). E não apenas no século VII: pode-se acrescentar que Philippe Buc em seu estudo sobre “os perigos do ritual”, que colocou a interpretação do consenso mais diretamente sob os holofotes, também aplicou especificamente o conceito à sua leitura das obras de Gregório de Tours (BUC, 2001, p. 88-122). O consenso é central para a leitura de Peter Brown da apresentação do mesmo bispo sobre o culto das relíquias (BROWN, 1977, p. 1-22).<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> Reeditado em HALSALL, Guy. Social identities and social relationships in early Merovingian Gaul *In: FOURACRE, Paul. Frankish History: Studies in the Construction of Power*. London: Routledge, 2013.

<sup>5</sup> Reeditado em BROWN, Peter. *Society and the Holy in Late Antiquity*. Berkeley: University of California Press, 1983, p. 222-250.

O conceito de consenso, como empregado por estudiosos da Alta Idade Média no mundo de língua inglesa, não foi aplicado apenas ao estudo da sociedade franca. Este conceito tem estado muito presente no estudo do ritual da Antiguidade Tardia e do início da Idade Média, não menos no estudo de Sabine MacCormack sobre a cerimônia tardo-romana. (MacCORMACK, 1981) Buc não limita sua atenção a Gregório de Tours, mas também olha para atos de mártires da Antiguidade Tardia, bem como Liudprando de Cremona. A contribuição de Wickham para o volume *Konstanzer Arbeitskreis* cobre a maior parte da Europa Ocidental, incluindo Espanha, Itália, Inglaterra e Escandinávia, bem como a Francia. No mesmo volume, Moorhead examina as evidências da Itália ostrogótica (MOORHEAD, 2017), e Noble as fornecidas por Gregório Magno. (NOBLE, 2017) Rachel Stocking (2001) coloca o consenso no centro de sua leitura do reino visigótico na Espanha de 589 a 633, e sobretudo de seus concílios da Igreja (STOCKING, 2000). Seu estudo dos Concílios de Toledo efetivamente prenuncia os comentários de Esders sobre o valor da teoria do consenso para o estudo das assembleias eclesiásticas (ESDERS, 2017, p. 451-455). Para Stocking, no entanto, o conceito de consenso é um ideal cristão, e não um extraído da antropologia política. Sua leitura remonta principalmente ao trabalho de Peter Brown (STOCKING, 2000, p. 4-12), principalmente para seu estudo sobre relíquias (BROWN, 1977, p. 1-22) e do ordálio (BROWN, 1975, p. 133-151).<sup>6</sup> Ao formular suas ideias, Brown baseou-se na antropologia social, embora em tradições diferentes dentro da disciplina do que a escola de antropologia política representada por Roberts, citado por Fouracre. Acima de tudo, ele fez uso do trabalho de Mary Douglas e Evans-Pritchard.

Vale a pena fazer uma pausa sobre as origens da preocupação anglófona com o consenso, porque, como Mayke de Jong afirmou, era de fato um conceito central para os medievalistas britânicos que analisavam a Alta Idade Média no último quartel do século XX. A título pessoal, posso referir-me ao meu primeiro artigo “*Kings, kingdoms and consent*” de 1977 (SAWYER; WOOD, 1977, p. 6-29) e ao título do capítulo do livro “*The Merovingian Kingdoms*” de 1994 que tratou da segunda metade do século VII: “*The failure of consensus*” (WOOD, 1994, p. 221-238). Um

---

<sup>6</sup> Reeditado em BROWN, Peter. **Society and the Holy in Late Antiquity**. Berkeley: University of California Press, 1983, p. 302-322.

interesse pelo consenso, no entanto, não era novo nos estudos medievais anglófonos: o tardo-medievalista K.B. McFarlane já havia desenvolvido a ideia no contexto das relações entre a coroa e a aristocracia no final da Idade Média (McFARLANE, 1973). Mas havia também um contexto geral para a ênfase colocada no consenso nas últimas três décadas do século XX. Em 1969, a Secretária de Estado para Emprego e Produtividade, Barbara Castle, produziu um importante documento sobre as relações entre o Estado e os sindicatos: “*In Place of Strife*”. Dez anos depois, Margaret Thatcher tornou-se primeira-ministra e inaugurou um período de amarga divisão política. Isso certamente sintonizou os estudiosos britânicos com a questão do consenso e do desacordo.

Havia também um contexto mais especificamente intelectual para a ênfase colocada no consenso pelos medievalistas que investigavam a Alta Idade Média. Uma pista óbvia para as origens dessa preocupação está no título da contribuição de Janet Nelson ao *Festschrift* [livro em homenagem] para Michael Wallace-Hadrill de 1983 – “*Legislation and Consensus in the reign of Charles the Bald*” (NELSON, 1983). Nas décadas de 1960 e 1970, havia dois titãs da historiografia merovíngia, Wallace-Hadrill e Eugen Ewig – e embora o trabalho deste último sobre o *Teilreiche* e sobre os privilégios eclesiásticos sejam as bases de muitos estudos subsequentes (EWIG, 1976/2009), foi Wallace-Hadrill quem forneceu a interpretação geral do período – apesar de seu estilo sucinto e elusivo não torná-lo o mais fácil dos guias (WALLACE-HADRILL, 1962).

Eu duvido que Wallace-Hadrill tenha usado especificamente o termo “consenso”, mas a contribuição de Nelson para seu *Festschrift* [livro em homenagem] foi inteiramente apropriada, pois central em seu trabalho era a busca dos mecanismos pelos quais a paz era alcançada nos períodos merovíngio e carolíngio, mais claramente em seus trabalhos sobre “*The Bloodfeud of the Franks* (1959, p. 459-487)<sup>7</sup> e *War and Peace in the Early Middle Ages*” (WALLACE-HADRILL, 1975, p. 157-174)<sup>8</sup>, mas também em sua palestra inaugural como *Chichele*

---

<sup>7</sup> Reeditado em WALLACE-HADRILL, John M. **The Long-Haired Kings: And Other Studies in Frankish History**. London: Routledge, 1962, p. 121-147.

<sup>8</sup> Reeditado em WALLACE-HADRILL, John M. **Early Medieval History**. Oxford: Basil Blackwell, 1975, p. 19-38.

*Professor*,<sup>9</sup> com ênfase na “nobreza do espírito” (WALLACE-HADRILL, 1975, p. 18). A preocupação pessoal de Wallace-Hadrill com o tema surgiu, suponho, de sua experiência como oficial de inteligência durante a Segunda Guerra, de 1939 a 1945, mas sua abordagem conceitual certamente refletia a influência da anglo-saxonista, Dorothy Whitelock (WOOD, 2004, p. 332-355; 2006, p. 489-504). Certamente foi aprimorado pelo trabalho de outro antropólogo anglófono, Max Gluckman (1955), colega de Wallace-Hadrill em seus dias como professor de história em Manchester (WOOD, 2006). O livro curto, mas seminal, de Gluckman, “*Custom and Conflict in Africa*”, publicado em 1970, contém dois capítulos, “*The peace in the feud*” e “*The frailty in authority*”, que se tornaram centrais para as leituras anglófonas das estruturas sociais do início da Idade Média<sup>10</sup> (GLUCKMAN, 1955, p. 1-53). Para estudantes de graduação em Oxford na década de 1970, Gluckman era leitura obrigatória, assim como, na década de 1980, Simon Roberts era para os medievalistas britânicos que pesquisavam a Alta Idade Média. A ênfase inglesa no consenso, em outras palavras, foi, em grande medida, inspirada por um ramo da antropologia social que se concentrava nas estruturas políticas, uma área de estudo que teve particular ressonância nas décadas de 1970 e 1980.

Paul Fouracre foi provavelmente o estudioso que colocou o consenso mais firmemente no centro dos estudos merovíngios na década de 1980. Ele era um estudante de graduação em *Oxford* durante os primeiros dias de Wallace-Hadrill como *Chichele Professor*, antes de se tornar um estudante de doutorado de Jinty Nelson no *King's College London*, onde escreveu uma tese sobre a carreira de Ebroin, mordomo do palácio de origem Nêustria (FOURACRE, 2013, p. ix). A tese não foi publicada, mas parte de seu conteúdo pode ser visto em seu artigo de 1984 sobre “*Merovingians, mayors of the palace, and the notion of a “low born” Ebroin*” (FOURACRE, 1984, p. 1-14)<sup>11</sup>, bem como em duas peças substanciais sobre hagiografia merovíngia: um artigo de 1979 sobre Audoenus e Eligius (FOURACRE,

---

<sup>9</sup> Nota do tradutor: Espécie de cargo de honra na Universidade de Oxford.

<sup>10</sup> Ver WHITE, Stephen D. “‘The peace in the feud’ revisited: feuds in the peace in medieval European feuds’, In: COOPER, Kate LEYSER, Conrad (Eds.) **Making Early Medieval Societies: conflict and belonging in the Latin West, 300-1200**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016, p. p. 220-43.

<sup>11</sup> Reeditado em FOURACRE, Paul. **Frankish History: Studies in the Construction of Power**. London: Routledge, 2013.

1979, 77-91)<sup>12</sup>, e um artigo de 1990 intitulado “*Merovingian History and Merovingian hagiography*” (FOURACRE, 1990, p. 3-38)<sup>13</sup>, juntamente com um estudo sobre o assassinato de bispos merovíngios publicado em 2003 (FOURACRE, 2003, p. 13-35).<sup>14</sup> Alguns dos temas mais amplos são apresentados no capítulo de abertura do estudo de 2000 de “*The Age of Charles Martel*” (FOURACRE, 2000, p. 12-32), e no capítulo “*Francia in the seventh century*”, que se encontra no primeiro volume da “*New Cambridge Medieval History*” (FOURACRE, 2005, p. 371-96). Além disso, há o trabalho de tradução e comentário de Fouracre de 1996, “*Late Merovingian France, History and Hagiography*”, escrito com Dick Gerberding (FOURACRE & GERBERDING, 1996). AS recorrentes discussões sobre consenso no volume de San Marino sobre francos e alamanos, onde de Jong notou a importância do assunto dentro dos estudos britânicos, precisam ser lidas neste contexto.<sup>15</sup>

Como Fouracre observou em seu volume de ensaios reunidos, sua tese de doutorado não apenas forneceu uma desconstrução e reconstrução da narrativa da vida de Ebroin (que envolveu uma grande quantidade de meticulosa crítica às fontes, que seria o trampolim para os estudos hagiográficos), mas também uma análise da natureza do poder político no período merovíngio: daí a preocupação com a noção de consenso, e com seu fracasso nos dias de Ebroin (e subsequentemente com a criação de um novo consenso carolíngio de meados para o fim do século VIII). Fouracre tocou no consenso novamente em 2016, em um artigo intitulado “*The incidence of rebellion in the early medieval West*”, no qual argumenta que as assembleias francas “poderiam também explodir em violência à medida que diferentes facções se encontravam, mas elas eram ainda assim momentos de expressão de um consenso sobre a natureza da autoridade, mesmo se envolviam disputas sobre a distribuição do poder.” (FOURACRE, 2016, p. 113).

---

<sup>12</sup> Reeditado em FOURACRE, Paul. **Frankish History: Studies in the Construction of Power**. London: Routledge, 2013.

<sup>13</sup> Reeditado em FOURACRE, Paul. **Frankish History: Studies in the Construction of Power**. London: Routledge, 2013.

<sup>14</sup> Reeditado em FOURACRE, Paul. **Frankish History: Studies in the Construction of Power**. London: Routledge, 2013.

<sup>15</sup> Ver no index a entrada para 'consensus' in **Franks and Alamanni in the Merovingian Period: An Ethnographic Perspective**. Woodbridge: Boydell & Brewer, 1998, p. 461.

A leitura de Fouracre da estrutura política do século VII é claramente expressa no comentário sobre a tradução de parte do *Liber Historiae Francorum* (LHF), a qual se encontra no volume conjunto de Fouracre e Gerberding de 1996:

Acredita-se que a dinâmica política básica daqueles anos tenha resultado de um conflito contínuo entre a coroa e a corte como, por um lado, uma força politicamente centralizadora e, por outro, a força política da nobreza local que buscava impedir a expansão da Nêustria e encerrar a autonomia política. (...) Contudo, para o autor do LHF, não era o conflito entre a nobreza e a Coroa, mas a cooperação entre eles que era a base da ordem política. Um sistema funcionando adequadamente tinha um merovíngio no trono reinando em conjunto com os grandes do reino. O mecanismo que unia a Coroa e a nobreza era o *consilium*, o plano ou conselho. Os reis agiam corretamente quando agiam *cum consilio* da nobreza da Nêustria e os maus reis agiam de forma descuidada (FOURACRE and GERBERDING, 1996, p. 80-1).

Wickham voltou ao mesmo assunto em sua discussão sobre as assembleias (WICKHAM, 2017, p. 411-412).

Essa ênfase no conselho nobre é certamente uma leitura que Wallace-Hadrill teria entendido, e pode-se notar que enquanto Nelson supervisionava a tese de Fouracre, Wallace-Hadrill supervisionava a de Dick Gerberding. Wallace-Hadrill já havia desafiado a leitura outrora dominante que via o Édito de Paris de Clotário como uma grande concessão aos poderosos (WALLACE-HADRILL, 1962, p. 411-412). A sua própria leitura do século VII foi dominada pelo funcionamento do grupo religioso associado às cortes de Clotário II e Dagoberto, como se revela sobretudo na correspondência de Desidério de Cahors (WALLACE-HADRILL, 1962, p. 222-223). A discussão de Fouracre e Gerberding do *Liber Historiae Francorum* e das grandes obras hagiográficas do final do século VII é a contraparte dos comentários de Wallace-Hadrill sobre Desidério e o que pode ser extraído de sua correspondência.

A palavra “consenso” não está na passagem de Fouracre e Gerberding citada acima, mas *consilium* está (FOURACRE & GERBERDING, 1996, p. 80-81). Isso está inteiramente de acordo com as conclusões de Steffen Patzold (2017), após sua exaustiva análise da palavra consenso nas fontes merovíngias (um exercício muito mais fácil hoje em dia do que teria sido tão recentemente quanto a década de 1990). Patzold observa a relativa escassez de aparições da palavra *consensus* e sugere,

seguramente de forma correta, que os termos *consilium*, *placitum*, *tractare* merecem maior escrutínio (PATZOLD, 2017, p. 297). Pode-se acrescentar que *placita* estava no centro das discussões do chamado grupo Bucknell, alguns estudiosos que se reuniam (e se reúnem) regularmente na casa de Wendy Davies. Entre as contribuições para o primeiro volume a ser produzido pelo grupo, *The Settlement of Disputes*, editado por Davies e Fouracre, os artigos de Fouracre<sup>16</sup> (1986, 23-43) e Wormald<sup>17</sup> (1986, 149-168) dão particular atenção ao termo *placita*. A palavra *consensus*, no entanto, foi usada no sexto século, às vezes de forma impressionante: Cassiodoro, escrevendo em nome de Atalarico, fala de *Gothorum Romanorumque suavissimus consensu in regnum nostrum* (CASSIODORUS, 1894, VIII).<sup>18</sup>

As palavras são apenas os blocos para a construção de uma imagem de uma sociedade em funcionamento – e é o funcionamento da sociedade, e não qualquer conjunto descontextualizado de palavras, que esteve no centro de todo o trabalho de Fouracre. O mesmo é verdade para a maioria dos estudos anglófonos que consideram o consenso na Alta Idade Média. Em sua contribuição ao *Konstanzer Arbeitskreis*, Chris Wickham colocou a importância das assembleias firmemente no centro do consenso da Espanha visigótica, da Itália lombarda e do reino franco (WICKHAM, 2017). Consenso, em seu sentido moderno (pois, como Patzold e Esders sugerem no volume de *Reichenau* dedicado ao tema, o uso medieval do termo não tem exatamente o significado previsto no discurso moderno), é um conceito útil quando desejamos comentar sobre o funcionamento frequentemente tranquilo da sociedade política merovíngia. O conceito sociológico pode fornecer uma chave para a compreensão do século VII, independentemente do aparecimento ou não do termo latino em nossas fontes – e independentemente do fato de que, como afirma Detlef Liebs no mesmo volume de *Reichenau*, havia pouca participação aristocrática na emissão do direito romano dos reinos sub-romanos, que reflete a autoridade real (LIEBS, 2017, p. 63-85). O conceito anglófono de consenso, no entanto, nunca esteve

---

<sup>16</sup> Reprinted in FOURACRE, Paul. **Frankish History: Studies in the Construction of Power**. London: Routledge, 2013.

<sup>17</sup> Reprinted in WORMALD, Patrick. **Legal Culture in the early Medieval West**. London and Rio Grande: The Hambledon Press, 1999, p. 289-311.

<sup>18</sup> Ver MOORHEAD, John. The Making and Qualities of Ostrogothic Kings in the Decade after Theoderic. In: EPP, Verena and MEYER, Christoph (Eds.). **Recht und Konsens im frühen Mittelalter, (Vorträge und Forschungen 82)**, Ostfildern 2017, p. 146-147.

vinculado à história do direito. Mas, como Guy Halsall argumentou em San Marino, “o consenso não é uma constante nem um dado, e reconhecer isso revela a dinâmica central da política altomedieval” (HALSALL, 1998, p. 144). Este era um ponto geral com o qual todos estavam de acordo, embora houvesse opiniões variadas sobre até que ponto o consenso estava ameaçado no período merovíngio.

Grande parte do trabalho em inglês de inspiração antropológica que trata do consenso se preocupou principalmente com seu oposto: conflito. Keith Hopkins, um dos primeiros e mais proeminentes historiadores da antiguidade a fazer uso da antropologia, já falava em “consenso e dissenso” como um par em uma coletânea sobre *History and Social Anthropology* publicada em 1968 (HOPKINS, 1968, p. 77-79). A mesma preocupação com o equilíbrio entre o consenso e as ameaças que lhe são impostas dominam o estudo dos merovíngios. Em seu estudo “*Francia in the seventh century*”, Fouracre apresenta um relato de “*feuding*” [disputa]<sup>19</sup> e “luta de facções” da elite, antes de observar “a estabilidade geral da estrutura política franca” (FOURACRE, 2005, p. 394-395). Aqui ele não usa o termo “consenso”, mas poderia muito bem tê-lo feito. Talvez, igualmente importante, a introdução do termo “*feuding*” [disputa] nos leve de volta a Wallace-Hadrill e a Gluckman e, portanto, à base antropológica de muitas interpretações anglófonas.

Embora ele não use o termo em sua contribuição para a “*New Cambridge Medieval History*”, a ameaça ao consenso tem sido um tema recorrente no trabalho de Fouracre. Em sua consideração das instituições políticas francas em San Marino, ele observou:

Primeiro, as decisões de condenar indivíduos parecem ter refletido um consenso entre os poderosos, o que significava que eles estavam dispostos a fazer cumprir essa decisão. Segundo, pelo menos nos três casos sobre os quais estamos mais bem informados (os dos bispos Aunemund, Praejectus e Leudegar), a oposição local à figura em questão desempenhou um papel fundamental na formulação de acusações contra ele e no auxílio à sua acusação (ou perseguição, de acordo com nossas fontes hagiográficas). Ambos os fatores revelam a dinâmica da competição ou rivalidade, expressa com muita frequência em nossas fontes através do conceito de inveja (FOURACRE, 2013, p. 293-294).

---

<sup>19</sup> Aqui e em todas as vezes posteriores mantivemos “*feud*” e outras palavras derivadas no original em inglês com a tradução entre colchetes para deixar mais explícita a conexão que o autor faz aos textos de Wallace-Hadrill e a Gluckman anteriormente citados.

Essa observação contém uma percepção crucial: o consenso dentro de um grupo pode envolver a exclusão de certos indivíduos. Por outro lado, as tentativas de exclusão de facções completas, como no caso de Ebroin bloqueando o acesso da nobreza burgúndia ao rei, registrado na *Passio Leodegarii*, foi motivo de hostilidades abertas.

A referência à inveja ocorre várias vezes na obra de Fouracre, e o termo ainda ganha sua própria entrada no índice em sua coletânea de ensaios (FOURACRE, 2013). Ele observa que “‘inveja’ é a explicação mais frequentemente oferecida do porque determinados bispos tinham inimigos” (FOURACRE, 2003, p. 24). Aqui, no lugar de uma discussão sobre *feuding* [disputa], somos apresentados a um termo que aponta para as origens da luta de facções. A inveja, pode-se notar, é outro conceito que atraiu antropólogos britânicos. Evans-Pritchard, outro dos antropólogos muito lidos pelos britânicos estudiosos da Alta Idade Média na década de 1970, havia trabalhado bastante no conceito de inveja em seu estudo sobre feitiçaria (EVANS-PRITCHARD, 1937). Curiosamente, *invidia* é uma palavra que nem Krusch nem Levison acharam adequada indexar em sua edição das Histórias de Gregório de Tours, embora tenham indexado a palavra *insidia* (GREGORY, 1951, I, 1), à qual às vezes é associada. Talvez, ainda mais interessante, enquanto Fouracre está inquestionavelmente correto ao apontar para a centralidade da *invidia* nos relatos dos destinos de Praejectus, Leodegar e também Lambert, o termo aparece com pouca frequência nas fontes altomedievais, apesar da inclusão da inveja nas listas de vícios. Está presente nas Histórias de Gregório de Tours, onde aparece em uma citação de Salústio (GREGORY, 1951, IV, 13), bem como em várias passagens do Livro Um, e também em contos de rivalidade religiosa (GREGORY, 1951, I, 2, 9, 20, 25; II, 3; III, 18; VI, 36; VIII, 11; X, 8). Apesar da citação de Salústio, na Alta Idade Média o termo tinha uma conotação primordialmente religiosa, como um dos pecados mais discutidos. É usado com mais frequência por Gregório Magno na obra em que expõe os sete pecados capitais, a *Moralia em Job* (GREGORY, 1979, XXXI) – que se pode notar como sendo o texto, com exceção da Bíblia, mais bem representado entre os manuscritos merovíngios (WOOD, 2017, p. 203). Como observou Fouracre, a inveja é vista como o fator central nos conflitos políticos do

século VII. Mas pode-se acrescentar que esta é a visão de um grupo muito particular, e a visão parece ser de origem eclesiástica.

O consenso merovíngio deve ser entendido ao lado da rivalidade que o ameaçou: nos termos de De Jong, conflito e consenso são dois lados da mesma moeda. (DE JONG, 1998, p. 165) Pode-se reformular isso nas palavras de Gluckman: “a paz na *feud* [disputa]” (MAX, 1955, p. 1-26). A ameaça de conflito foi um fator importante na criação de consenso. Mas os dois elementos também são mantidos juntos na formulação mais recente de “*coopétition*”, que a estudiosa francesa Régine Le Jan introduziu nos estudos da Alta Idade Média (LE JAN, 2018). A formulação “*coopétition*” é um lembrete útil de que competição e cooperação muitas vezes andam juntas e precisam ser consideradas em conjunto.

Em vários momentos dos séculos VI e VII, o mundo merovíngio quase se desfez. Embora seja fácil pensar que a *bella civilia* tenha preenchido mais anos do que realmente aconteceu (por causa do poder da linguagem de Gregório de Tours), certamente houve guerras civis no século VI. Na sétima centúria pode-se apontar para os últimos anos de Teudeberto II e da família de Teodorico II, para as breves campanhas de Ebroin, e para aquelas em que os pipinídeos e arnulfos vieram à tona. Em comparação com as guerras civis do Império Romano Tardio e dos filhos de Luís, o Piedoso, no entanto, todas foram relativamente pequenas. Na maioria dos anos, durante o século VII, houve paz, mesmo que a fervilhar sob essa paz estivesse uma grande rivalidade. E não era apenas rivalidade entre aristocratas seculares concorrentes. Apesar de a Igreja ter dado aos merovíngios uma ideologia que contribuiu muito para unir a sociedade franca, os bispos estavam em competição, assim como os mosteiros e seus abades – aqui podemos ver a “*coopétition*” de Le Jan em operação (WOOD, 2018, 24-113). Ocasionalmente, essa competição transbordava e levava ao martírio, como Fouracre (2003) observou graficamente. Mas estava presente mesmo quando não levava a desacordo aberto – e pode-se apontar aqui as divisões dentro das comunidades monásticas que remontavam à figura de Columbano (WOOD, 2018, 24-113).

Se por consenso queremos dizer doçura universal e leveza, é claro que não existia no mundo merovíngio, e a historiografia moderna está certa em olhar para os conflitos latentes do período. Também é correto sublinhar que, na medida em que

existiu, o fez principalmente para a elite, embora a visão da Igreja abrangesse toda a sociedade. Mas se, como Wallace-Hadrill e aqueles influenciados por ele, quisermos lembrar que este foi um mundo que sobreviveu relativamente pacificamente por um período de tempo notável, o conceito desenvolvido pelos antropólogos políticos pode ser uma abreviação útil. Não é de surpreender que tenha estado no centro das interpretações anglófonas do período merovíngio por várias décadas.

## Documentos

CASSIODORUS, *Variae*. In: Theodor Mommsen (Ed.). **Monumenta Germaniae Historica, Auctores Antiquissimi, XII**. Berlin, 1894.

GREGORY, **Decem Libri Historiarum. Monumenta Germaniae Historica, Scriptores Rerum Merovingicarum**. Bruno Krusch & Wilhelm Levison (Eds.). Hannover, 1951.

GREGORY I, *Moralia in Iob*. In: Mark Adrien. (Ed.) **Corpus Christianorum, Series Latina 143, 143A, 143B**. Turnhout, 1979.

## Referências Bibliográficas

BROWN, Peter. "Society and the Supernatural: A Medieval Change," **Daedalus 104:2**, p. 133-151, Spring 1975.

BROWN, Peter. "*Relics and Social Status in the Age of Gregory of Tours*," in **The Stenton Lecture 1976**. Reading: University of Reading, p. 1-22, 1977.

BROWN, Peter. **Society and the Holy in Late Antiquity**. Berkeley: University of California Press, 1983.

BUC, Philippe. **The Dangers of Ritual: Between Early Medieval Texts and Social Scientific Theory**. Princeton: Princeton University Press, 2001.

DE JONG, Mayke. **An Unresolved Riddle: Early Medieval Incest Legislation**. In: WOOD, I. (Ed.) *Franks and Alamanni in the Merovingian Period: An Ethnographic Perspective*. Woodbridge: Boydell & Brewer, **1998**.

EPP, Verena and MEYER, Christoph (Eds.) **Recht und Konsens im frühen Mittelalter**, (Vorträge und Forschungen 82), Ostfildern 2017.

ESDERS, Stefan. Zwischen Historie und Rechtshistorie: der *consensus iuris* im frühen Mittelalter *In: EPP, Verena and MEYER, Christoph (Eds.), **Recht und Konsens im frühen Mittelalter** (Vorträge und Forschungen 82; Konstanz, 2017).*

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. **Witchcraft, oracles and magic among the Azande.** Oxford: Oxford University Press, 1937.

EWIG, Eugen. *Spätantikes und Fränkisches Gallien: Gesammelte Schriften (1952–1973)*, Ed. H. Atsma, vol. 3, ed. M. Becher, T. Kölzer, and U. Nonn, BdF III, 3 vols. (Munich: Artemis, 1976–9; vol. 3, Ostfildern: Thorbecke, 2009), vol. 2.

FOURACRE, Paul. The Work of Audoenus of Rouen and Eligius of Noyon in Extending Episcopal Influence from the Town to the Country in Seventh-Century Neustria. **Studies in Church History**, 16, 1979, 77-91.

FOURACRE, Paul. Merovingians, Mayors of the Palace and the Notion of a 'Low-Born' Ebroin, *Bulletin of the Institute of Historical Research*, Volume 57, Issue 135, May 1984, p. 1–14.

FOURACRE, Paul. "Placita" and the settlement of disputes in later Merovingian Francia *In: DAVIES, Wendy & FOURACRE, Paul. (Eds.), **The Settlement of Disputes in Early Medieval Europe.** Cambridge: Cambridge University Press, 1986.*

FOURACRE, Paul. MEROVINGIAN HISTORY AND MEROVINGIAN HAGIOGRAPHY, *Past & Present*, Volume 127, Issue 1, May 1990, Pages 3–38.

FOURACRE, Paul and GERBERDING, Richard. **Late Merovingian France: History and Hagiography 640-720.** Manchester: Manchester University Press, 1996.

FOURACRE, Paul. The Age of Charles Martel. London: Routledge, 2000.

FOURACRE, Paul. **Why were so many bishops killed in Merovingian Francia.** *In: FRYDE, Natalie; REITZ, Dirk (Eds.). **Bischofsmord in Mittelalter. Vandenhoeck and Ruprecht**, 2003, p. 13-35.*

FOURACRE, Paul. Francia in the seventh century. *In: P. Fouracre (Ed.), **The New Cambridge Medieval History** (The New Cambridge Medieval History, pp. 371-396). Cambridge: Cambridge University Press, 2005.*

FOURACRE, Paul. **Frankish History: Studies in the Construction of Power.** London: Routledge, 2013.

FOURACRE, P. The incidence of rebellion in the early medieval West. *In: COOPER, Kate LEYSER, Conrad (Eds.) **Making Early Medieval Societies: conflict and belonging in the Latin West, 300-1200.** Cambridge: Cambridge University Press, 2016, p. 104-24.*

FOURACRE, Paul. Recht und Konsens im frühen Mittelalter, *German History*, Volume 36, Issue 2, June 2018, p. 272–274.

HALSALL, Guy. Social identities and social relationships in early Merovingian Gaul. In: WOOD, I. (Ed.) **Franks and Alamanni in the Merovingian Period: An Ethnographic Perspective**. Woodbridge: Boydell & Brewer, 1998, p. 140-75.

HALSALL, Guy. Social identities and social relationships in early Merovingian Gaul. In: FOURACRE, Paul. **Frankish History: Studies in the Construction of Power**. London: Routledge, 2013.

HOPKINS, Keith. Structural differentiation in Rome (200-31 B.C.): The genesis of a historical bureaucratic society. In: LEWIS, T. M. **History and Social Anthropology**. London: Tavistock Publishers, 1968, p. 63-79.

LIEBS, Detlef. Geltung kraft Konsenses oder kraft königlichem Befehl? Die *lex Romana* unter den Westgoten, Burgundern und Franken. In: EPP, Verena and MEYER, Christoph (Eds.). **Recht und Konsens im frühen Mittelalter**, (Vorträge und Forschungen 82), Ostfildern 2017, p. 63-85.

LOSEBY, Simon. Gregory's cities: urban functions in sixth-century Gaul. In: WOOD, I. (Ed.) **Franks and Alamanni in the Merovingian Period: An Ethnographic Perspective**. Woodbridge: Boydell & Brewer, 1998.

MAX, Gluckman. **Custom and Conflict in Africa**. Oxford: Basil Blackwell, 1955.

MacCORMARK, Sabine. **Art and Ceremony in Late Antiquity**. Berkeley: University of California Press, 1981.

McFARLANE, Kenneth Bruce. **The Nobility of Later Medieval England**. Oxford: Clarendon Press, 1973.

MEYER, Christoph. Konsens in der Rechtsgeschichte des frühen Mittelalters. In: EPP, Verena and MEYER, Christoph (Eds.). **Recht und Konsens im frühen Mittelalter** (p. 19-45). Ostfildern: Thorbecke, 2017.

MOORHEAD, John. The Making and Qualities of Ostrogothic Kings in the Decade after Theoderic. In: EPP, Verena and MEYER, Christoph (Eds.). **Recht und Konsens im frühen Mittelalter**, (Vorträge und Forschungen 82), Ostfildern 2017.

NELSON, Janet. Legislation and Consensus in the Reign of Charles the Bald. In: WORMALD, Patrick (ed.), **Ideal and Reality in Frankish and Anglo-Saxon Society: Studies presented to J.M. Wallace-Handrill**, Oxford: Blackwell Publishers, 1983.

NOBLE, Thomas. Theological Perspectives on Law and Consensus in the Writings of Gregory the Great. In: EPP, Verena and MEYER, Christoph (Eds.). **Recht und Konsens im frühen Mittelalter**, (Vorträge und Forschungen 82), Ostfildern 2017.

PATZOLD, Steffen. "Konsens" und "consensus" im Merowingerreich. *In*: EPP, Verena and MEYER, Christoph (Eds.). **Recht und Konsens im frühen Mittelalter**, (Vorträge und Forschungen 82), Ostfildern 2017.

ROBERTS, Simon. **Order and Dispute: an introduction to legal anthropology**. Harmondsworth: Penguin Books, 1979.

SAWYER, Peter; WOOD, Ian. (Eds.) **Early Medieval Kingship**. Leeds, England: University of Leeds, 1977.

STOCKING, Rachel. **Bishops, Councils, and Consensus in the Visigothic Kingdom, 589-633**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2000.

WALLACE-HADRILL, John. **War and Peace in the earlier Middle Ages**. Transactions of the Royal Historical Society, 25, 157-174, 1975.

WALLACE-HADRILL, John M. **Early Medieval History**. Oxford: Basil Blackwell, 1975.

WALLACE-HADRILL, John M. **The Long-Haired Kings: And Other Studies in Frankish History**. London: Routledge, 1962.

WICKHAM, Chris. Consensus and Assemblies in the Romano-Germanic Kingdoms: A Comparative Approach. *In*: EPP, Verena and MEYER, Christoph (eds.). **Recht und Konsens im frühen Mittelalter** (Vorträge und Forschungen 82; Konstanz, 2017).

WOOD, Ian. **The Merovingian Kingdoms 40-751**. Harlow: Longman, 1994.

WOOD, Ian. John Michael Wallace-Hadrill 1916-1985. *In*: **Proceedings of the British Academy, Biographical Memoirs of Fellows, III**, v. 124, p. 332-355, 2004.

WOOD, Ian. Land tenure and military obligations in the Anglo-Saxon and Merovingian Kingdoms: the evidence of Bede and Boniface in context. **Bulletin of International Medieval Research**, 9-10, p.3-22, 2005.

WOOD, Ian. 'The Bloodfeud of the Franks': a historiographical legend. **Early Medieval Europe**, 14: 489-504, 2006.

WOOD, Ian. The Problem of late Merovingian Culture. *In*: S. Dusil, G. Schwedler and R. Schwitter. **Exzerpieren – Kompilieren – Tradieren: Transformationen des Wissens zwischen Spätantike und Frühmittelalter**. Berlin: De Gruyter, 2017, p. 199-222.

WOOD, Ian. La compétition monastique à l'âge de saint Colomban. LE JAN, Régine; BUHRER-THIERRY, Geneviève; GASPARI, Stefano (Eds.) *In*:

**Collectif, *Coopétition: rivaliser, coopérer dans les sociétés du haut Moyen Âge (500-1100)***, Turnhout, Brepols (haut Moyen Âge, 31), 2018, p. 113-125.

WORMALD, Patrick. Lex Scripta and Verbum Regis. *In*: SAWYER, Peter; WOOD, Ian. (Eds.) **Early Medieval Kingship**. Leeds, England: University of Leeds, 1977.

WORMALD, Patrick. **Legal Culture in the Early Medieval West: Law as Text, Image and Experience**. London: The Hambledon Press, 1999.

**Recebido:** 08/07/2021

**Aprovado:** 10/08/2021